

Não chega propriamente a ser lisonjeira a constatação, já largamente compartilhada, segundo a qual é impossível pensar, hoje, o Rio de Janeiro, sem trazer ao debate a questão da violência. A violência tornou-se marca dessa cidade de formas as mais diversas. Ela está efetivamente no topo das prioridades que compõem a agenda pública há pelo menos duas décadas. Nem poderia ser diferente, visto que seus indicadores de criminalidade situam-na entre uma das cidades mais violentas do mundo. Muito antes disso, porém, a violência já fazia parte da crônica jornalística, contando, inclusive, com personagens que fizeram história. De modo cada vez mais recorrente, ela é dramatizada em manifestações estéticas, fornecendo a matéria de que se forjam tramas e personagens na literatura, no cinema, no teatro, tornando-se, enfim, um elemento indissociável das mais variadas imagens de uma cidade atravessada por tensões e conflitos.

Mais do que compreensível, portanto, é imperativo que este seja um tema que se avolume também como objeto de reflexão, de inquirição sistemática acerca da natureza e dos componentes que fazem dele um elemento que a um só tempo institui e põe em risco a identidade do cidadão carioca. No campo das ciências humanas, entendidas no sentido mais amplo do termo, temos, gradativamente, a criação de grupos de pesquisa, a reunião de esforços voltados não somente para conferir sentido ao fenômeno da violência, divisar-lhe as mais variadas facetas e implicações, mas, também, para a produção de elementos que possam contribuir para sua abordagem prática, com conseqüências efetivas para os padrões de sociabilidade ora vigentes, presentemente tão degradados. Isso porque, para além do interesse propriamente sociológico, há nesse campo uma dimensão cidadã frente a qual apenas doses elevadíssimas de cinismo podem conceder a indiferença.

É com o espírito anteriormente destacado que devemos encarar cada uma das contribuições que compõem o presente número da *Revista Rio de Janeiro*. Seria de uma inocência atroz imaginar que esta, ou qualquer outra edição, pretende cobrir todos os aspectos implicados no debate



sobre violência. Sem dúvida alguma, contudo, aqui vão contribuições importantes sobre aspectos centrais da discussão atual sobre o assunto.

Cesar Caldeira abre a presente edição tratando de um dos terríveis desvãos do Presídio Ari Franco, porta de entrada do sistema penitenciário do Rio de Janeiro. A partir da morte do empresário sino-brasileiro Chang, Caldeira evidencia um dos nós mais perversos do sistema de justiça criminal, onde, possivelmente, violações brutais de direitos civis são sistemática e diariamente cometidas.

Dando prosseguimento a esse enfoque, Alexandre Giovanelli e Edinilsa Ramos de Souza fazem um apanhado do trabalho realizado pelo Posto de Polícia Técnica de Campo Grande entre setembro de 1999 e junho de 2002. Além da análise mais cuidadosa do tipo de demanda a esse serviço, temos, também, a tese, nada implausível, de que o descaso para com esse setor de investigação está diretamente atrelado a uma política que, com o passar dos anos, jamais se orientou pela qualificação dos recursos de inteligência de que qualquer polícia moderna não pode prescindir.

Um outro aspecto complexo é apontado por Marcelo Lopes de Souza no que se refere à implementação de políticas de segurança: a fragmentação do tecido social provocada pelo crescimento do tráfico de drogas e as conseqüências desastrosas daí advindas para qualquer esforço sistemático de investimento urbano, campo, hoje, reconhecido como da maior importância, em se tratando de prevenção e redução de taxas de risco e de sentimento de insegurança. Nessa mesma linha, tem-se a análise de Maria Cláudia Coelho sobre as reações da chamada opinião pública em relação aos traumáticos eventos ocorridos na Rocinha durante a Semana Santa de 2004, que se inscreve numa área que justificadamente merece cada vez mais a atenção de analistas: o estudo das percepções da insegurança e as conseqüências, muitas vezes desastrosas, desse sentimento. Com sensibilidade e precisão, a autora ordena as várias intervenções trazidas à luz na imprensa, indicando alguns dos diferentes pressupostos e lugares de onde discursos aparentemente próximos se instituem.

Em termos de intervenção objetiva para o combate à violência, Maria Alice Rezende Gonçalves descreve uma das mais bem-sucedidas parcerias já firmadas entre uma comunidade carioca, a Mangueira, e a iniciativa privada.



No bojo de tal empreitada, bem como nos resultados obtidos, o reconhecimento da centralidade da educação e no investimento junto aos jovens como recurso privilegiado para a prevenção da violência. Afinal, tudo leva a crer que são os jovens, sobretudo os mais pobres, as principais vítimas dos altos padrões de violência que permeiam as relações sociais no Rio de Janeiro contemporâneo.

Finalizando o Dossiê Temático desta edição, Junia Vilhena e Maria Helena Zamora discutem um tema tabu, cuja abordagem tem sido delicada mesmo, ou principalmente, para os movimentos feministas.

A seguir, trazemos ao leitor uma entrevista concedida por Alba Zaluar a Cesar Caldeira, Emilio Dellasoppa, Marcos Bretas e Michel Misse. Dispensando maiores apresentações, cabe reiterar a importância dessa antropóloga na configuração de um campo de estudos que, mesmo encontrando-se ainda em estágio de formação, já é hoje, reconhecidamente, da maior relevância intelectual e política no vasto terreno das ciências humanas e sociais.

Passando das percepções mais propriamente sociológicas para aquelas que se instituem nas tramas ficcionais, a Seção Mediações traz três artigos. No primeiro deles, João Cezar de Castro Rocha propõe, parafraseando jargão conhecido, o surgimento de uma espécie de dialética da marginalidade, patenteada pelo lugar que marginais e marginalidades ocupam na produção artística recente. Uma das obras mais polêmicas dessa onda, o filme *Cidade de Deus* é objeto de análise de Valeria Rosito. A abordagem da autora não deixa dúvidas de que, a despeito do volume de intervenções, ainda há o que falar acerca de uma das obras mais discutidas da cinematografia brasileira recente. Fechando a seção, Maria Izabel Oliveira Szpacenkopf analisa a complexa relação entre mídia e violência.

A Seção Memória é, simultaneamente, um presente ao leitor que tem a oportunidade de encontrar em republicação o importante artigo de Filippina Chinelli e Luiz Antônio Machado da Silva. Para além do interesse histórico e sociológico, o artigo, publicado nesta edição, leva o leitor inevitavelmente à comparação entre padrões de violência e de preenchimento de “vazios de ordem” de naturezas bem diversas das que temos atualmente. Dizem respeito a um tempo que provavelmente não era melhor nem pior, mas, certamente, muito distinto do que temos hoje.



A edição traz, ainda, na Seção História do Rio, um estudo de Marcelo Badaró Mattos sobre as transformações sofridas na mão-de-obra escrava na segunda metade do século XIX e a gestação dos primeiros processos de organização da classe trabalhadora. E, fechando esta edição, a Seção Panorama Editorial, organizada pelo Urbandata-Brasil, reúne as produções mais recentes sobre o tema recortado neste número 12 da Revista.

Percepções e políticas são dois aspectos de um amplo espectro que se institui. Se não nos agrada o quadro com que nos deparamos, não podemos deixar de mencionar que a qualidade das intervenções que se têm feito e a massa crítica acumulada em tão pouco tempo nos permitem uma ponta de orgulho e a expectativa de tempos melhores. Afinal, gostemos ou não, esse é o Rio de Janeiro de hoje.

*Cesar Caldeira*

*Emilio Enrique Dellasoppa*

*João Trajano Sento-Sé*

*Marcos Luiz Bretas*

*Michel Misse*

